

## *A CIDADE DO HOMEM E O MAR PORTUGUÊS: TRAVESSIAS*

Eunice de Moraes\*

“El hombre, la vida, la escritura, la lectura son movimientos – y por serlo, lo mismo en la penumbra que en la luz, el lector tiene que desdoblarse, transformarse, ficcionalizarse repetidamente. El lector mismo anda en busca de la otredad.” (Guillén, 1998)

“Biografia imaginada de Antonio Dinis da Cruz e Silva, poeta árcade e julgador da Inconfidência Mineira” – assim se anuncia o último romance de Amadeu Lopes Sabino (Record Editora, 2010, 553 páginas). A nota de capa de imediato demarca a comunidade de leitores modelo que interessa à obra. A narrativa de caráter biográfico, imaginária ou não, há muito constitui um filão editorial a instigar o leitor em busca de versões ou visões diversificadas a respeito de personagens históricas. Observamos a partir da nota que a obra define e seleciona seu público, pois o título do romance, impactante e muito significativo, senão enigmático, certamente incentivaria, na ausência da nota, leitores interessados em narrativas ficcionais em que a fabulação não estivesse tão profundamente relacionada com informações históricas, literárias, culturais e políticas. A nota, em síntese, avisa ao leitor sobre o conteúdo, a temática e o recorte histórico e biográfico da obra, para nos surpreender com densidade narrativa, em grande parte justificada pelo alto grau informativo e pelas

inúmeras personagens que acompanham ou simplesmente atravessam brevemente a trajetória do poeta e auditor Antonio Dinis da Cruz e Silva.

A dupla função de Antonio Dinis, indicada na mesma nota, remete à dupla orientação da narrativa biográfica: apresentar a visão árcade do poeta, construindo-o como ser marcado pelo pensamento e pelos ideais do Iluminismo, que o leva a idealizar e planejar a edificação da Cidade do Homem, no Brasil; e apresentá-lo como o desembargador que participou do julgamento dos inconfidentes mineiros, entre os quais estavam seus colegas da Arcádia Brasília, Basílio da Gama e Alvarenga Peixoto.

A primeira orientação revela-se pela importância da produção poética de Cruz e Silva, que caminha lado a lado com episódios particulares, como os casos amorosos do poeta, e episódios sociais e políticos, como a briga entre o Bispo e o prelado, que resultou em seu poema heroico-cômico “O hissope” (1768) que, segundo Almeida Garret, constitui a “verdadeira coroa poética

\* Doutora, professora do Departamento de Letras Vernáculas – UEPG. Email: nicemorais@gmail.com

de Dinis”. Narrar o cotidiano e as relações intelectuais e políticas de Cruz e Silva é narrar o contexto histórico de Portugal e as transformações, no plano ideológico e político, impostas ao povo português, na segunda metade do século XVIII. Nesta primeira etapa do romance, deparamo-nos com um Cruz e Silva racionalista, talvez mais do que racional, que sentencia soldados à força por convencionalismo, mas evita a discussão e o adiamento do fato. Reprime os rituais místicos da criadagem, sem conseguir livrar-se de todo do encantamento e da curiosidade. Envolve-se ele mesmo, além dos rituais de iniciação à maçonaria, em diálogos com Apolo, Esfinge e Vênus, confluindo conhecimentos científicos, místicos e míticos e revelando uma fraqueza daquele que busca um caminho de certeza entre tantos caminhos incertos. A cidade do homem, o lugar da razão, do conhecimento para o bem do homem que nela vive seria, na visão de Cruz e Silva, em contraponto à cidade de Deus, uma possibilidade de um novo começo para a consagração do quinto império anunciado pelo jesuíta Antonio Vieira.

A segunda orientação da narrativa, parece-nos, é o grande desafio do autor que, cercado de leitores críticos portugueses e brasileiros, propõe-se a narrar o julgamento dos inconfidentes, de modo a questionar a superficialidade ou mesmo certo embargo emocional da voz historiográfica brasileira ao apresentar Antonio Dinis. Segundo o narrador-autor, as biografias dos poetas inconfidentes registram o nome do juiz, mas são omissas quanto à convivência que manteve com os mesmos, nos anos que antecedem à conspiração. Afirma ainda que a “historiografia brasileira não mostra

grande apreço por Cruz e Silva, responsável, *ex-aequo* com os outros juizes do tribunal da Inconfidência, pelo suplício do alferes Silva Xavier, o *Tiradentes*, hoje o primeiro herói da Nação” (p. 294). O romance revela-se, de certo modo, como um libelo em defesa do poeta e desembargador que, tal como entendemos no romance, fez o melhor que pôde em favor dos colegas árcades, considerando-se as circunstâncias do fato.

Neste sentido, atentamos ainda para a linguagem forense constante no romance que, apesar do convívio harmônico com a poesia árcade ou clássica, citada ou parafraseada, exige do leitor, principalmente nas primeiras páginas de leitura, um exercício de busca pela compreensão não apenas do jargão advocatício, mas principalmente sobre as funções de um auditor e sua relação com instâncias superiores da Justiça portuguesa. Ao leitor menos informado ou desconhecedor do *status quo* da Justiça portuguesa no século XVIII, o romance pode oferecer alguma dificuldade inicial de compreensão. O exercício de linguagem que o romance revela, no entanto, é um dos belos desafios propostos para o leitor de **A cidade do homem**. A leitura do romance nos faz perguntar se a fruição de uma obra literária não está também no processo de desvendamento de sua complexidade linguística, na busca e no alcance do conhecimento que ela nos oferece.

Certamente este é um romance para leitores com a mente aberta para uma discussão tanto literária quanto histórica a respeito da figura do poeta e do desembargador que foi Antonio Dinis da Cruz e Silva, mas é também a construção de um universo ficcional no qual se imprime o mítico, pela presença de deuses mitológicos; a cultura popular, por meio

dos rituais da criada Brite; o místico, pela crença no caráter agourento de certas aves como o pardal. Os três elementos, tão bem enredados enquanto Cruz e Silva está em Elvas, parecem perder-se quando da sua transposição para o Brasil. O que fica é uma constante e até mesmo fastidiosa ênfase em refeições e comilanças, como se fosse o estômago um ponto fraco de políticos do reino e os patês e espumantes, armas poderosas para conquistar informações e contatos amigáveis. Cruz e Silva transporta para o Brasil as relações míticas com Apolo e a Esfinge enigmática. Encerrado em si pelo racionalismo e pela descrença no homem emocional, está sempre a desejar a mulher de outrem ou em relações instáveis em que o sentimento ocupa um segundo plano ou o plano da ficção, da poesia.

O que encontramos no romance, portanto, é a refiguração do poeta árcade a partir de uma visão lúcida e ilustrada sobre a história e a literatura portuguesa e, por extensão, sobre a literatura brasileira do século XVIII. As travessias de Antônio Dinis da Cruz e Silva, imaginado por Lopes Sabino, assemelham-se a travessias de tantos outros poetas e, porque não dizê-lo, às travessias do próprio Lopes Sabino. Ousadamente, o narrador-autor atravessa a narrativa em terceira pessoa, para tecer comentários e argumentar sobre determinados pontos de vistas. Estas intervenções narrativas ocorrem tanto de modo indireto, em que o narrador-autor, por citações anacrônicas de poemas como o *Romanceiro da Inconfidência*, de Cecília Meireles, assimila ao seu texto na condição de documento e de um olhar moderno e brasileiro sobre a Inconfidência Mineira; como de modo direto, pelo recurso irônico (à moda romântica)

ou narcisista (como propõe Linda Hutcheon em *Narcisistic Narrative*), como quando diz:

Com a devida licença, *concessa Venia*, como diriam os letrados da época: através de alguns ajustamentos no espaço e no tempo, o autor destas deambulações romanceadas de Antonio Dinis da Cruz e Silva por terras da América lusitana toma a liberdade de relacionar personagens e eventos que a existência terrena dispersou, separou ou ignorou. Prerrogativas da arte literária: é assim que o desembargador poeta, acompanhado por Cláudio Manuel da Costa, advogado e poeta, recebe Mrs. Elizabeth Marsh de visita ao Rio de Janeiro durante o Vice-reinado do marquês do Lavradio. (p. 318-319).

Esta presença da voz autoral no romance torna-se estratégia importante para a transversalidade histórica impressa na narrativa, permitindo que deparemos com sínteses históricas que relacionam episódios e personagens do século XVIII com personagens e acontecimentos do século XX. Nesse sentido, a construção temporal na narrativa de Lopes Sabino aproxima-se à definição de tempo dada por José Saramago, em entrevista a Carlos Reis “entendo o tempo como uma grande tela, uma tela imensa, onde os acontecimentos se projetam todos, desde os primeiros até aos de agora mesmo. Nessa tela, tudo está ao lado de tudo, numa espécie de caos [...]”. (Reis, **Diálogos com José Saramago**, 1998). Essa visão sobre a temporalidade como uma espécie de “arrumação caótica” possibilita o trânsito de personagens literárias que, fora do texto,

pertenceram a tempos e espaços diversos. Permite ainda reverberações da história através dos tempos, como no caso do marquês de Lavradio, afastado da “governança do reino” por ter sido considerado “afilhado de Pombal”, que terá em sua genealogia a luta contra a tirania e pela liberdade. O último descendente de Lavradio será, segundo a narrativa, José Lavradio:

“estudante antissalazarista, um jovem ilustrado, morreu aos 22 anos, em março de 1965, atropelado numa esquina de Lisboa. [...] Um capricho dos deuses quis que a última crônica de José Lavradio, [...] tivesse por tema o Brasil nas vésperas da ditadura militar. Transcrevo o início: “O Brasil prospera no meio do grotesco e do caótico.” O eterno retorno: a América portuguesa continuava a ser o país do futuro.” (p. 351-352).

Expressões como “eu transcrevo”, “eu cito”, “imagino-o” são frequentes na narrativa e, em geral, apresentam uma visão atual e particular do narrador-autor a respeito dos episódios narrados. Em certa digressão anunciada no texto, por exemplo, a personagem José Custódio é comparada à Cabeza de Vaca e dada como encarnação antecipada de “Ernesto Guevara, o *Che*” (p. 399). Misticismos do narrador? Ou uma resposta à indagação inicial de Cruz e Silva a respeito da vida como “eterno retorno”, um rondó? Em outros momentos, revela o traço enciclopédico do romance, referenciando estudos contemporâneos para explicar a atividade de bordadeiro de Tomás António Gonzaga que, em determinada cena, encontra-se

“qual Penélope de agulha e dedal. Bordando desfazendo, cosendo e refazendo o vestido da boda.” (p. 428) A valorização do conhecimento enciclopédico é própria do movimento iluminista e nos parece ser retomado na construção do romance como elemento de oposição, senão mesmo de embate, ao fragmentário e à liquefação do conhecimento e da informação no mundo contemporâneo. No entanto, não é o mesmo excesso informacional que nos fez fragmentar o mundo? O leitor contemporâneo poderá se sentir desconfortável diante do detalhamento informacional e do racionalismo lógico com que o autor busca biografar e identificar Cruz e Silva, mas é este também um caminho para o estranhamento e para a reflexão sobre o novo e o mesmo.

Observamos ainda que toda a narrativa de **A cidade do homem** tem por base a ideia nietzschiana do “eterno retorno”, apresentada já na primeira página do romance. Esta é a questão primeira de Cruz e Silva a Apolo, senhor da Luz: “Diz-me, meu protetor, afinal o que é a vida: um contrato a prazo ou um eterno retorno? [...] Será a vida um eterno retorno? Apenas isso? Um rondó? Apenas a glosa de um mote?” (p. 7). A vida do poeta árcade, narrada a partir de sua localização em Elvas (local de origem também de Lopes Sabino), 1762, até a sua morte em 1799, é atravessada por poesias de tempos e autores diversos, o que dá à personagem seu caráter inventivo, imaginado, propõe o autor na referida nota de capa. Mais do que isso, concede ao poeta o aspecto de miragem (ou seria miradouro?) de um ser que incorpora e antecipa visões poéticas passadas e futuras, como sendo esta mesma uma definição do artista: vidente, anunciador e prenunciador, centro de observação, análise e predestinação do mundo.

Assim, parece ser do lado de dentro do “eterno retorno” que a narrativa se desenrola, o narrador-autor localizado no final do século XX, conforme anuncia a última página do romance, movimenta-se no espaço e no tempo atravessando suas próprias impressões e o conhecimento do mundo do poeta árcade, tornando-se, como escritor, ao lado de tantos outros escritores, retomada de antigas indagações a respeito da arte e da história e do homem. “Sentir é tudo uma coisa como qualquer coisa que já vivi. – Calou-se, confundido com as suas próprias palavras, certo de que, no futuro, alguém delas se apropriaria. – Parece-me que alguém fala através de mim, talvez um poeta a haver. Um semeador de poemas a haver.” Refere-se Antonio Dinis, certamente, a Fernando Pessoa que, no século XX, retomará a busca pela poesia racionalista, pelo “supracamões”.

Repleto de travessias, do eu e do outro; de lá e de cá; do passado, do presente e do futuro, **A cidade do homem** é um romance guiado por uma voz racionalista que avança da tradição para o futuro, do Clássico Camões para o Modernista e múltiplo Fernando Pessoa. É em Cruz e Silva que se concentram as múltiplas vozes poéticas portuguesas e brasileiras, numa travessia secular e transatlântica, permitindo que o personagem incorpore ideais estéticos expostos em versos como: “O poeta é um fingidor”, “Sentir? Sinta quem lê!”, de Pessoa; “De tudo ao meu amor serei atento” ou “Tanto, de tal modo e sempre e quando”, que remetem ao *Soneto de fidelidade*, do brasileiro Vinícius de Moraes, e que são reconhecidos por Cruz e Silva como “plágio, sem dúvida, involuntariamente versos de Luís Vaz, e não dos melhores” (p. 253). Estas fraudes poéticas ou o falseamento das referências nos

recordam a todo instante de que estamos diante de uma narrativa regida pelo imaginário, pela inventividade, ficcionalidade e que, portanto, apesar de toda a erudição e de toda a historicidade nela presente, este é um mundo de criação estética.

O português de hoje constrói, reinventa o português de ontem e projeta o de amanhã. Atravessamos aqui outro mar, outro ser, outra poesia. À beira da morte, no desfecho do romance, é Alvarenga Peixoto quem faz sua última travessia e novamente retorna o eu-português pessoano “Nada. O Nada que é Tudo” (p. 551). Retorna eternamente o mar português em **A cidade do Homem**, de Amadeu Lopes Sabino; nele, “O mito é o nada que é tudo”. A cidade utópica que Cruz e Silva sonhava governar no Brasil devia ser “a geometria, e talvez também a álgebra e a aritmética, aplicadas à arquitetura e à política” (p. 268). Tanto a Nova Mazagão quanto a cidade edificada no Maranhão por supostos descendentes de Del-Rei D. Sebastião são cidades guiadas pelo despotismo do rei e pelo despotismo do povo, respectivamente, e talvez por isso sucumbiram. A descrição objetiva, porém demasiadamente genérica da cidade do homem, dada por Cruz e Silva, revela o grau de idealismo da proposta. A cidade do homem é a cidade do Iluminismo, edificada sobre o conhecimento e a razão, a final de contas tão mítica quanto o Olimpo, a cidade dos deuses, tão onírica quanto a “Ilha desconhecida” (1998), de Saramago; tão utópica quanto a *Utopia* (1516), de Thomas Morus. Assim, a cidade do homem é o que traz Cruz e Silva de Elvas para Minas Gerais, é a concentração de todo o racionalismo em benefício do humanismo e da poesia, sua ambição fundamental para a construção da história do

futuro, seu mito primordial, e o “mito é o nada que é tudo”.

Recebido para publicação em 30 ago. 2013.

Aceito para publicação em 20 dez. 2013.